

A grande batalha

É um passo muito importante, essencial, mas não devemos alimentar grandes ilusões: mesmo que o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, consiga vencer as resistências cada vez mais fortes à política de corte nos gastos públicos que está pretendendo aplicar a partir de segunda-feira, não se poderá esperar que a inflação brasileira estará ferida de morte e declinará muito e rapidamente. Na melhor das hipóteses, o governo conseguirá evitar a hiperinflação e um novo surto recessivo.

Isso porque os cortes que as autoridades econômicas poderão fazer – repetimos, se os políticos “autorizarem” – atingirão apenas uma parcela diminuta de todos os gastos do setor público brasileiro, nos níveis federal, estadual e municipal. Só cerca de 10% de tudo o que o Estado planeja gastar este ano pode ser alcançado pela tesoura da Fazenda, segundo cálculos do ex-ministro Mailson da Nóbrega. O resto é, como diria outro ex-ministro, Antônio Rogério Magri, **incortável**, está constitucionalmente vinculado.

“A Constituição brasileira é a única no mundo que obriga o governo a gastar” – explica Mailson. “O dinheiro dos impostos é carimbado, 18% para a educação, tantos por cento para Estados e municípios, outros tantos para um programa especial. Se o ministro tocar nessas verbas poderá ser responsabilizado judicialmente por estar cometendo um crime.” Ou seja, sem mudanças na Constituição não há como vencer a inflação e devolver ao Estado a capacidade de investir e, consequentemente, a economia brasileira não retomará o crescimento de forma sustentada.

O ex-ministro Mailson não é o único a ter esta opinião. O deputado Roberto Campos, ex-ministro do Planejamento, sempre chamou a Constitui-

ção de 1988 de a “Constituição da Inflação”. Economistas reunidos quarta-feira em São Paulo pelo Conselho Regional de Economia, entre eles Carlos Rocca, Roberto Macedo e Arno Meyer, disseram que só a revisão constitucional criará as condições ideais para o combate à inflação e a retomada do desenvolvimento. A revisão, prevista para iniciar-se em outubro, de acordo com Rocca, “é a oportunidade única para tirar da Constituição os obstáculos para um ajuste fiscal e para a estabilização”.

O grande problema (e o ministro da Fazenda parece ter perfeita consciência disso) é que, se para um corte relativamente tão pequeno como o que ele está pretendendo fazer agora as resistências da classe política – no Congresso, nos governos estaduais e municipais, no próprio ministério de Itamar – já são brutais, quando as mudanças tiverem que ser mais profundas o caldo poderá entornar de vez. Porque as alterações necessárias na Constituição terão de atingir, para serem eficazes, interesses poderosos dos políticos. A começar pela redistribuição dos encargos e das receitas entre os Estados, os municípios e a União. Atualmente a União tem muitas obrigações e dinheiro de menos para cumpri-las. E os Estados e municípios têm muitas receitas e poucas obrigações, o que os leva a gastar os escassos recursos públicos em coisas inúteis e em aumentos em suas folhas de pagamento.

Se na menor batalha o ministro da Fazenda já está correndo o risco de sair derrotado pelo boicote dos políticos que não querem abrir mão de suas verbas eleitorais, a da revisão constitucional ele certamente perderá se não começar desde já a mobilizar a sociedade contra a irresponsabilidade de grande parte dos políticos brasileiros.